

FUNDAMENTOS DO VOTO

De acordo com **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**¹, “o dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos”.

Os administradores públicos devem prestar contas anualmente dos dinheiros, bens e valores que arrecadam, utilizam, guardam ou gerenciam, obrigação que se estende àqueles que com eles atuam em conjunto ou realizam os citados atos de maneira ocasional por meio de convênios ou contratos (parágrafo único do art. 70 da CR²).

É certo que a Constituição da República não trata da Tomada de Contas como um tipo de processo autônomo, no entanto, define a competência dos Tribunais de Contas para a realização de procedimento específico quando da necessidade de se apurar prejuízos causados ao erário, conforme estabelecido no art. 71, II da CR³.

No âmbito deste Tribunal, o procedimento de tomada de contas tem previsão nos artigos 13 da Lei Complementar 269/2007 e 155 da Resolução Normativa 14/2007 (Regimento Interno), com as seguintes redações:

Art. 13 A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências imediatas com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sempre que não forem prestadas as contas, quando ocorrer desfalque, desvio de bens ou valores públicos, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como nos casos de concessão de benefícios fiscais ou de renúncia de receitas que resultem em prejuízo ao erário.

§ 1º Comprovado o dano ao erário, a tomada de contas especial deverá ser encaminhada desde logo ao Tribunal de Contas para julgamento.

¹FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tomada de Contas Especial – Processo e Procedimento nos Tribunais de Contas e na Administração Pública. 3ª edição, revista, atualiza e ampliada. Belo Horizonte: Editora fórum, 2005, pág. 102.

²Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União, responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.

³Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: “1 - (...);

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público”.

§ 2º Não atendido o disposto no *caput* deste artigo, o Tribunal de Contas determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

Art. 155. Serão tomadas as contas de todos aqueles que, obrigados a prestá-las, não o façam no prazo ou forma legal.

§ 1º. As contas prestadas intempestivamente serão autuadas como tomada de contas.

§ 2º. Caberá tomada de contas, ainda, nas hipóteses de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, de não comprovação da aplicação dos recursos públicos e de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.

Como já relatado, este Tribunal no Acórdão 2261/2009, determinou a instauração de Tomada de Contas Especial pela Secretaria de Estado de Cultura, ante a falta de prestação de contas de diversos projetos culturais no Processo 6.036-4/2009 (contas anuais de 2008), dentre os quais, o objeto do contrato 123/2007, identificado de “Encontro de HIP HOP”, sob a responsabilidade da **Sr. Lourival Gomes de Oliveira Junior**, produtor cultural.

É fato que a prestação de contas do produtor cultural foi apresentada intempestivamente, no entanto, ao analisá-la, constatei que os documentos por ele juntados às fls. 100/150, são legítimos e atestam a adequação procedimental da execução do contrato, como também a devida destinação dos recursos recebidos para realização do referido projeto.

Diante das razões expostas, acolho o Parecer Ministerial 286/2013 e com fundamento nos arts. 70, parágrafo único, c/c 71, II e 75 da Constituição Federal, art. 47, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso, arts. 1º, II e XVIII e 16 da Lei Complementar nº 269/2007 e art. 156 da Resolução nº 14/2007, **VOTO** no sentido de **julgar regulares as contas do Contrato de Fomento à Cultura 123/2007**, firmado entre a **Secretaria de Estado de Cultura** e o **Sr. Lourival Gomes de Oliveira Junior**.

É como voto.

Cuiabá, 28 de janeiro de 2013.

(assinatura digital)

Conselheiro VALTER ALBANO DA SILVA
RELATOR